

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2013**

2ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ  
JUIZ FEDERAL TITULAR DR. ALFREDO DE ALMEIA LOPES  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DR. GESSIEL PINHEIRO DE PAIVA

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 07/10/13 até 10/10/13, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES**

- 1) Atentar para o cumprimento da Meta do CNJ, de julgar mais processos que os distribuídos, mensalmente;
- 2) Buscar o cumprimento da Meta 18 do CNJ: julgar até o final de 2013, os processos de crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2011;
- 3) Buscar dar cumprimento à Meta 2, critérios 2009, 2010, 2012 e 2013, com 12, 03, 35 e 24 processos, respectivamente;
- 4) Retomar o andamento dos processos de verificação obrigatória conclusos para sentença há mais de 180 dias, citados no relatório de correição, os quais alguns também integram a Meta 2 do CNJ;
- 5) Atentar para o cumprimento da Meta 3 do CNJ, redução de 20% do acervo das execuções fiscais e 10% do acervo de execução não-fiscal;
- 6) Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (1.013), para decisão há mais de 60 dias (85) e para sentença há mais de 180 dias (147);
- 7) Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (1.013), para decisão há mais de 60 dias (85) e para sentença há mais de 180 dias (147);
- 8) Oficiar os juízos deprecados para que sejam prestadas informações sobre o cumprimento das condições de suspensão, relativas aos processos apontados no Relatório da Correição, no item Suspensão de Processos Criminais;
- 9) Atentar para o controle de prescrição penal, na forma do disposto no provimento desta Corregedoria;
- 10) Atualizar todos os processos criminais suspensos pelo art. 366 do CPP no sistema Apolo.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

## ATUAÇÃO DOS JUÍZES (abril a setembro de 2013)

### Divisão dos processos finais pares e ímpares

- **Titular:** atua há 2 meses e 22 dias e esteve em férias no período de 1º a 30 de julho de 2013.
- **Substituto:** atua há 9 meses e 20 dias e nos períodos de 19 a 23/11/12 e 07/ e 08/01/13 esteve afastado a para viabilizar sua instalação na cidade de Campos dos Goytacazes, no dia 11/03/13 participou do Grupo de Trabalho "COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL" e esteve de férias no período de 02/09 a 01/10/13.

### ORGANIZAÇÃO - 16 SERVIDORES

ORGANIZAÇÃO - 16 SERVIDORES			
02 analistas judiciários	09 técnicos judiciários	01 técnico judiciário cedido por outros setores	04 estagiários

## ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL E CRIMINAL)

3.869 processo em tramitação



EXECUÇÃO FISCAL



TOTAL - 5472



2977 suspensos



17 aguardando julgamento recurso/agravo



2478 em tramitação

TOTAL DE ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (01/04/13 ATÉ 30/09/13)	• 3.822
DESPACHOS Tempo médio conclusão/intimação: 89 dias	• 2.423
DECISÕES Tempo médio conclusão/intimação: 81 dias	• 891
SENTENÇAS Tempo médio conclusão/intimação: 125 dias	• 508

TOTAL DE SENTENÇAS PROFERIDAS (abril a setembro de 2013)  
508

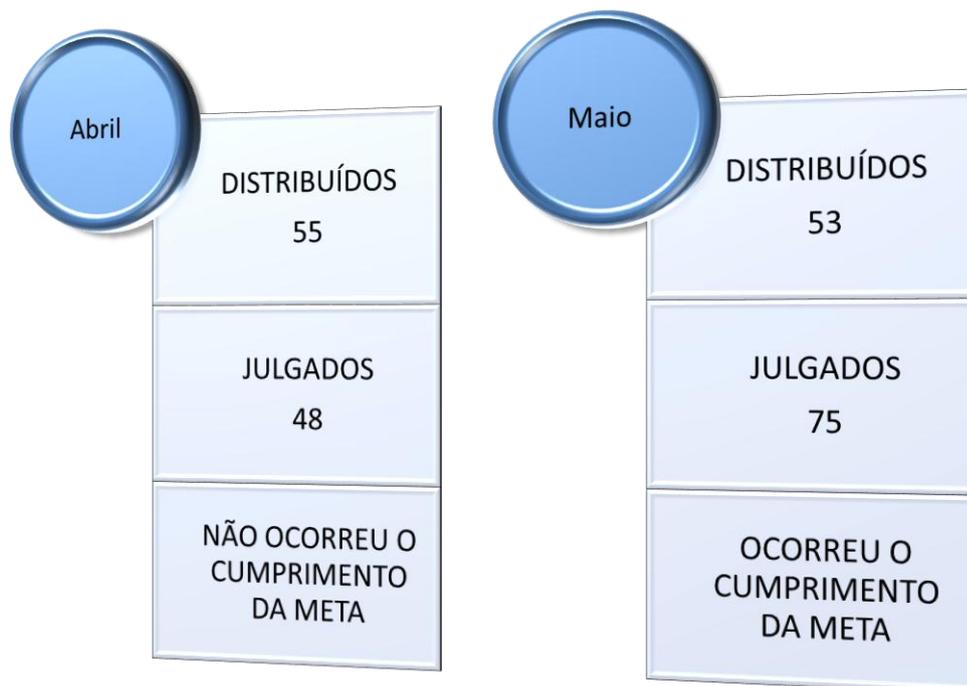


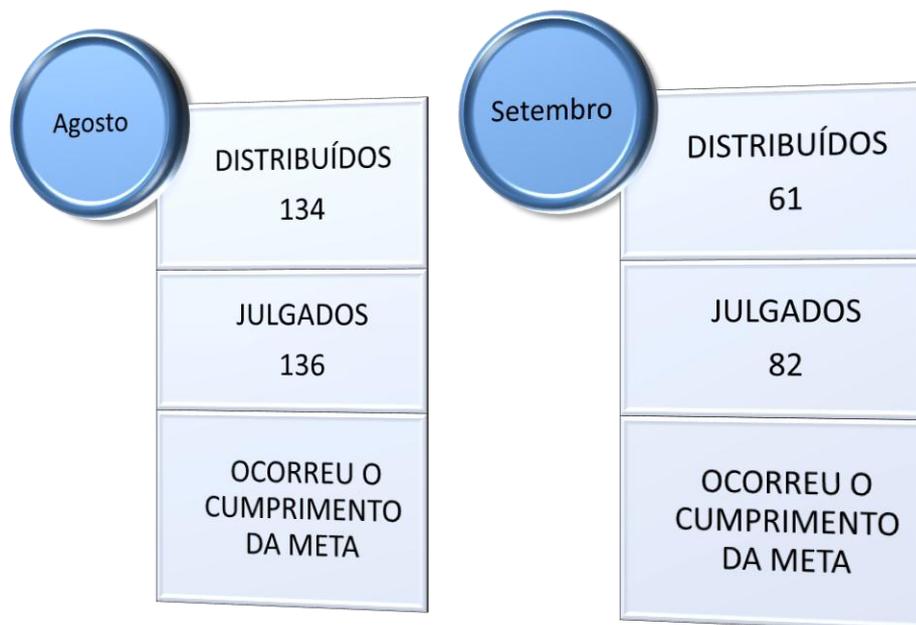
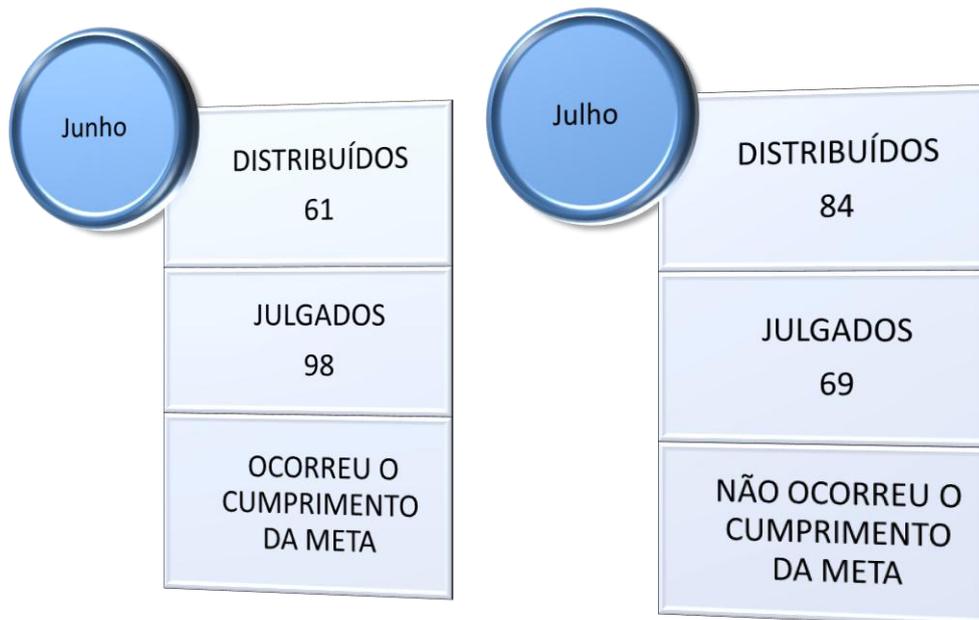
226 MATÉRIA CÍVEL e 243 EXECUÇÃO FISCAL  
39 MATÉRIA PENAL

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

# METAS DO CNJ

**I- Julgar mais processos que os distribuídos  
( abril a setembro/2013)**





LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

## II- AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - distribuídas até 31/12/2011 (Meta 18)

Analizando os Mapas extraídos do sistema Apolo, referente ao mês de setembro/2013, emitido em 03/10/2013, verificou-se a seguinte situação:

### AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

05 processos

Foram analisados os processos constantes do mapa, inexistindo irregularidades em suas tramitações:

- 1) Processo nº 00008032720084025103 - Distribuição: 02/04/2008. Audiência em 14/12/2011. Remessa para o réu em 27/09/2013. Integra a Meta 2 – critério 2013;
- 2) Processo nº 0001068-58.2010.4.02.5103 – Distribuição: 18/05/2010. Conclusão para decisão em 25/09/2013. Audiência tipo instrução em 27/09/2013. Intimação de decisão em 08/10/2013;
- 3) Processo nº 001096-89.2011.4.02.5103 – Distribuição: 22/08/2010. Intimação de despacho 20/09/2013. Remessa para o Ministério Público Federal em 27/09/2013;
- 4) Processo nº 0001907-15.2012.4.02.5103 – Distribuição: 06/12/2012. Intimação de decisão em 02/10/2013. Carga AGU em 07/10/2013;
- 5) Processo nº 0002472-52.2007.4.02.5103 – Distribuição: 04/07/2007. Sentença publicada em 01/07/2011. Acórdão da 7ª Turma do TRF 2ª Região publicado em 27/09/2012. Conclusão para despacho em 01/10/2013.

## AÇÕES ORDINÁRIAS

02 processos

Foram analisados os processos constantes do mapa, não se verificando irregularidades em suas tramitações:

- 1) Processo nº 00001615420084025103 - Ordinária/Improbidade Administrativa. Distribuição: 22/01/2008. Intimação de sentença convertendo em diligência em 08/08/2013. Carga para o Ministério Público Federal em 07/10/2013. Conclusão para despacho em 07/10/2013. Integra a Meta 2 – critério 2013.
- 2) Processo nº 00011661420084025103 - Redistribuição: 15/05/2008. Carga para o Ministério Público Federal em 03/10/2013. Conclusão para despacho em 04/10/2013. Integra a Meta 2 – critério 2013.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

### **III- AÇÕES PENAIS RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - distribuídas até 31/12/2011 -(Meta 18)**

Foram analisados todos os processos físicos localizados na secretaria e gabinete, referentes aos processos cujos crimes foram cometidos contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, denominados de meta 18, os quais apresentam as seguintes especificações:

- 1) Processo nº 00707977019934025103. Situação atual: baixado e remetido ao arquivo geral.
- 2) Processo nº 00009436620054025103. Distribuição: 20/05/2005. Data do fato: 28/10/2000. Tipo: art. 299 do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 04/03/2001 e 05/03/2001. Último movimento: juntada de substabelecimento em 28/11/2013. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas a certidão nos autos (fls. 106) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 3) Processo nº 0009426120054025103. Distribuição: 20/05/2005. Data do fato: 28/12/2000. Tipo: art. 313-A do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 20/07/2010 e 22/07/2010. Último movimento: juntada de memoriais do réu Jorge da Conceição em 19/12/2012 e petição de substabelecimento em 28/11/2013. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas a certidão nos autos (fls. 94) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 4) Processo nº 00009419620054025103. Distribuição: 20/05/2005. Data do fato: 13/12/2000. Tipo: art. 299, p. ú., do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 26/02/2010 e 02/03/2010. Último movimento: juntada de alegações finais em 22/02/2013. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas etiquetas na contracapa e na capa.
- 5) Processo nº 00009741820074025103. Distribuição: 21/03/2007. Data do fato: 20/10/2006. Tipo: art. 342 do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 10/05/2010 e 11/05/2010. Último movimento: apresentados memoriais. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas etiquetas na contracapa e na capa.
- 6) Processo nº 00010910920074025103. Distribuição: 23/03/2007. Data do fato: 15/03/2006. Tipo: art. 299 do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 24/03/2010 e 26/03/2010. Último movimento: sentença extintiva da punibilidade de 09/09/2013. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas a certidão nos autos (fls. 79) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 7) Processo nº 00012683620084025103. Distribuição: 23/05/2008. Data do fato: 27/04/2007. Tipo: art. 334, p. 1ª, c, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 29/04/2009 e 07/05/2009. Último movimento: sentença extintiva, aguardando cumprimento de mandado. Verificada a realização de controle de prescrição, pois

- identificadas a certidão nos autos (fls. 105) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 8) Processo nº 00024762120094025103. Distribuição: 04/09/2009. Data do fato: 03/09/2009. Tipo: art. 334, p. 1º, c c/c 58 do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 23/10/2009 e 12/11/2009. Último movimento: conclusão para sentença em 14/10/2013. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas a certidão nos autos (fls. 102) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 9) Processo nº 00029604620034025103. Distribuição: 06/12/2010. Data do fato: 30/08/2001. Tipo: art. 313-A do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 07/10/2010 e 18/08/2011. Último movimento: juntada de ofício de antecedentes criminais em 02/07/2013. Concluso para sentença. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas a certidão nos autos (fls. 18) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 10) Processo nº 00001331820104025103. Distribuição: 19/01/2010. Data do fato: 05/09/2008. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 14/09/2010 e 16/09/2010. Último movimento: sentença extintiva. Aguardando cumprimento de mandado. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas etiquetas na contracapa e na capa.
- 11) Processo nº 0000121042010420104025103. Distribuição: 19/01/2010. Data do fato: 11/11/2008. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 30/06/2010 e 05/07/2010. Último movimento: sentença extintiva. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas certidão nos autos (fls. 155) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 12) Processo nº 00002541920104025112. Distribuição: 05/05/2010. Data do fato: 24/10/2008. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 01/08/2011. Último movimento: aguardando resposta de ofício (carta precatória). Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas certidão nos autos (fls. 33) e etiquetas na contracapa e na capa.
- 13) Processo nº 00015804120104025103. Distribuição: 29/07/2010. Data do fato: 28/05/2008. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 26/07/2010 e 02/08/2010. Último movimento: juntada de folha de antecedentes criminais em

18/04/2013. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas certidão nos autos (fls. 155) e etiquetas na contracapa e na capa.

14) Processo nº 00016063920104025103. Distribuição: 02/08/2010. Data do fato: 09/08/2007. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 29/07/2010 e 09/08/2010. Último movimento: juntada de memoriais do réu em 15/08/2012. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas certidão nos autos (fls. 67) e etiquetas na contracapa e na capa.

15) Processo nº 00007185920044025110. Distribuição: 06/12/2010. Data do fato: 01/11/2013. Tipo: art. 313-A do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 13/04/2010 e 05/05/2010. Último movimento: alegações finais em 22/08/2012. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas etiquetas na contracapa e na capa.

16) Processo nº 000013636120114025103. Distribuição: 27/09/2011. Data do fato: 23/09/2011. Tipo: art. 334, p. 1º, c e d, do CP. Oferecimento/recebimento da denúncia: 04/07/2013 e 11/07/2013. Último movimento: aguardando realização de audiência para proposta de suspensão condicional do processo a se realizar em 16/10/2013. Verificada a realização de controle de prescrição, pois identificadas certidão nos autos (fls. 09) e etiquetas na contracapa e na capa.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

## IV -META 2

### CRITÉRIOS 2009 - 2010 - 2012 - 2013

Foram analisados os feitos constantes do Mapa extraído do Portal de Estatísticas, em 02/10/2013, referente ao mês de setembro/2013.

#### Critério 2009

#### 12 processos

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção ao seguinte:
- **Processo nº 00020849120034025103 – Desapropriação. Distribuição: 09/07/2003. Conclusão para sentença em 28/02/2013.**
- Nos demais processos analisados, por amostragem, não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (Números: 00017387220054025103, 00006489720034025103, 03041556619984025103, 00593943619954025103, 00365912519964025103, 00022517920014025103).
- Quanto aos **processos criminais**, o único processo disponível, conforme informação da supervisora do setor criminal é o de nº 2003.51.03.002078-4, cujos dados mais relevantes são: ocorrência do fato em 06/10/02; distribuição em 10/07/03, com oferecimento da denúncia em 06/12/07 e recebimento 06/12/07, pelo crime previsto no artigo 140, § 3º c/c 141, II, CP. A ação penal em questão encontra-se **conclusa para sentença desde o dia 26/04/13.**

**Critério 2010**  
**03 processos**

- Foram consultados todos os processos, não se verificando irregularidades em suas tramitações (Números: 00027326620064025103, 0027321320064025153 e 00010845120064025103).

**Critério 2012**  
**35 processos**

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes:
- **Processo nº 00015337220074025103 - Ordinária/Previdenciária. Distribuição: 30/04/2007. Convertido em diligência em 07/11/2011. Conclusão para sentença 31/01/2013.**
- **Processo nº 00000317120074025112 - Ação Civil Pública. Redistribuição: 08/02/2011. Convertido em diligência em 17/09/2012. Conclusão para sentença em 08/11/2012.**
- **Processo nº 00040894720074025103 - Ação Civil Pública. Distribuição: 26/11/2007. Conclusão para sentença em 16/08/2012.**
- **Processo nº 00028301720074025103 - Ação Civil Pública. Distribuição: 31/07/2007. Conclusão para sentença em 17/10/2012.**
- Nos demais processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (Números: 00009603420074025103, 00002075020074025112, 00037829320074025103, 00037811120074025103, 00037802620074025103, 00037794120074025103, 00037785620074025103, 00037777120074025103, 00037768620074025103, 00037750420074025103, 00037871820074025103, 00037863320074025103, 00037854820074025103, 00037846320074025103, 00037837820074025103 e 00037741920074025103)

**Critério 2013**  
**24 processos**

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes:
- **Processo nº 00022059020084025153 - Ordinária/Outras. Redistribuição: 13/07/2011. Conclusão para sentença em 30/10/2012.**
- **Processo nº 00019750420084025103 – Ação Civil Pública. Distribuição: 15/08/2008. Conclusão para sentença em 11/10/2012.**
- **Processo nº 00024817720084025103 - Reintegração/Manutenção de Posse. Distribuição: 24/09/2008. Conclusão para sentença em 31/07/2012.**
- Nos demais processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (00093835220084025101, 00001615420084025103, 00011661420084025103, 00008032720084025103, 00019750420084025103, 00025995320084025103, 00026531920084025103 e 00031218020084025103).

**V- Redução de 20% do acervo das execuções  
fiscais e em 10% o acervo de execução não-fiscal  
Meta 3**

Analisando os Mapas extraídos do Portal de Estatística, em 02/10/2013, em setembro/2012 constavam em trâmite 2.579 processos de execução fiscal e 258 não-fiscal, em setembro/2013, verificou-se um total 2.486 processos de execução fiscal e 254 não-fiscal em tramitação. Verificando-se, assim, uma redução de 3,61% em matéria fiscal e 1,56% em matéria não-fiscal no período.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

## PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de setembro/2013, emitidos em 03/10/2013, verificou-se a seguinte situação:

### MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

00

### AÇÃO POPULAR:

01

- Processo nº 00593943619954025103 – Redistribuição: 04/11/1997. Intimação de despacho em 12/09/2013. Aguardando devolução de Carta Precatória em 16/09/2013. Integra também a Meta 2 – critério 2009.
- Não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA:  
28 processos**

- Quatro processos encontram-se conclusos para sentença há mais de 180 dias, os quais, por integrarem a Meta 2, foram relatados naquele item: 00000317120074025112, 00040894720074025103 e 00028301720074025103 (critério 2012) e 00019750420084025103 (critério 2013).
- Nos demais processos analisados, por amostragem, não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (Números: 00025995320084025103, 00026531920084025103, 00031218020084025103 e 0036591-25.1996.4.02.5103).

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:  
00**

**AÇÃO DE USUCAPIÃO:  
03 processos**

- Foram analisados todos os processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (Números: 0036591-25.1996.4.02.5103, 0001657-21.2008.4.02.5103 e 0002645-08.2009.4.02.5103).
- Destaque-se que o processo nº 00015479520034025103, integra também a Meta 2 critério 2009.

**AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:  
07 processos**

- Foram analisados 5 processos, pois 2 processos não estavam disponíveis para consulta (Números: 00022517920014025103, 00020849120034025103, 0003812-75.2000.4.02.5103, 0064709-40.1998.4.02.5103 e 0303246-87.1999.4.02.5103).
- Destaque-se que o processo nº 00020849120034025103 encontra-se concluso para sentença há mais de 180 dias, no entanto já foi relatado no item Meta 2 critério 2009.
- Nos demais processos analisados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE  
POSSE:  
20 processos**

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção ao seguinte:
- **Processo nº 0015150-03.2010.4.02.5101 – Redistribuição: 13/09/2011. Conclusão para sentença em 13/09/2012.**
- Destaque-se que o processo nº 00024817720084025103 encontra-se concluso para sentença há mais de 180 dias, no entanto já foi relatado no item Meta 2.
- Nos demais processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações (Números: 00002075020074025112, 00037829320074025103, 00037811120074025103, 00037802620074025103, 00037794120074025103, 00037785620074025103, 00037777120074025103, 00037768620074025103, 00037750420074025103,

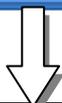
00037871820074025103,  
00037854820074025103,  
00037837820074025103 e 00037741920074025103).

00037863320074025103,  
00037846320074025103,

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

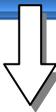
PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA  
CRIMINAL

HABEAS CORPUS



Com base no mapa estatístico do sistema Apolo, emitido no dia 02/10/2013, e na informação prestada pela supervisora do setor criminal da vara correicionada, não há processo de habeas corpus tramitando no órgão judicial em questão.

## PROCESSOS COM RÉU PRESO



Foi observado, com fulcro na consulta à base de dados do sistema Apolo, realizada no dia 03/10/2013, e na entrevista à supervisora do setor criminal do órgão analisado, que não há ação penal com réu preso na vara correicionada.

## PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)

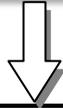


De acordo com o que foi relatado pela supervisora do setor criminal do órgão inspecionado, só há 2 (dois) processos criminais com sentença condenatória com trânsito em julgado tramitando na vara em questão. Eis os dados mais relevantes para o item em tela:

1) 0490115-47.2011.4.02.5101: a sentença proferida em 16/07/13, com trânsito em julgado para a acusação em 29/07/13 e em 19/08/13 para a defesa. Carta de execução sendo expedida (ela não juntada mas já foi assinada eletronicamente) em 02/10/13.

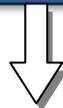
0490203-85.2011.4.02.5101: a sentença foi proferida em 16/07/13, com trânsito em julgado para a acusação em 07/08/13 e em 29/08/13 para a defesa. Carta de execução sendo expedida (ela ainda não foi juntada mas já foi assinada eletronicamente) em 02/10/13.

## EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



Nos termos do que foi informado pela supervisora do setor criminal da vara, não consta nenhum processo criminal com expedição e encaminhamento de BIC para ser analisado.

## CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



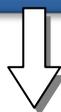
Além dos demais processos criminais elencados em outros itens do relatório de correição, foram analisados, por amostragem, especificamente para o item em questão, os seguintes processos:

- 1) 2011.51.03.000854-9: distribuído em 08/07/11, com oferecimento da denúncia em 25/10/11 e recebimento em 05/06/12, pela prática do crime previsto no artigo 334, § 1º, c e d, do CP, cujo fato ocorreu em 06/07/11. Há controle de prescrição, eis que há etiqueta nos autos e na contracapa, bem como certidão nos autos.
- 2) 2012.51.03.000804-9: distribuído em 02/05/2012, com oferecimento da denúncia em 11/05/11 e recebimento em 11/04/12 porque houve RESE. Denúncia recebida em razão da prática do crime previsto no artigo 334, § 1º, c e d, do CP, cujo fato ocorreu em 11/06/08. Há controle de prescrição, eis que há etiqueta nos autos e na contracapa, bem como certidão nos autos.
- 3) 2012.51.03.000933-9: distribuído em 27/05/2013, com oferecimento da denúncia em 23/05/13 e recebimento em 24/06/13 pela prática do crime previsto no artigo 334, § 1º, c, do CP, cujo fato ocorreu em 25/03/10. Há controle de prescrição, eis que há etiqueta nos autos e na contracapa, bem como certidão nos autos.

4) 0002759-05.2013.4.02.5103: distribuído em 16/08/2013, com fato praticado em 18/08/2011, denúncia oferecida em 16/08/2013 e recebida em 21/08/2013, pela prática do crime previsto no artigo 304 do CP. Há controle de prescrição, eis que há etiqueta nos autos e na contracapa, bem como certidão nos autos.

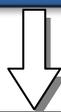
5) 2012.51.03.000105-5: distribuído em 26/01/2012, com fato praticado em 25/01/2012, denúncia oferecida em 08/04/2013 e recebida em 15/04/2013, pela prática dos crimes previstos nos artigos 184, § 1º e 289, § 1º, ambos do CP. Há controle de prescrição, eis que há etiqueta nos autos e na contracapa, bem como certidão nos autos.

### RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



De acordo com o que foi relatado pela supervisora do setor criminal da vara, não consta qualquer ação penal na situação em questão, ou seja, com recolhimento de mandado de prisão a contar da revogação.

### CARTA PRECATÓRIA PENAL:



Foram analisadas, por amostragem, as seguintes cartas precatórias penais:

1) 0002715-83.2013.4.02.5103: distribuída 02/07/2013 para efetivar a citação e a intimação do acusado, a fim de que compareça à audiência de suspensão condicional do processo. Despacho proferido em 10/07/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Foi designada a referida audiência para o dia 16/10/2013. A citação e a intimação

do réu foram realizadas na data de 05/08/2013. A intimação do advogado dativo foi efetivada em 25/09/2013. O setor de distribuição classificou o processo em tela equivocadamente como classe 28006 (e não como classe 28001 (PRECATÓRIA (MATÉRIA PENAL))).

2) 0002721-90.2013.4.02.5103: distribuída em 02/07/2013 para realizar a intimação das testemunhas de defesa e do acusado, a fim de que compareçam à audiência do dia 16/10/2013 para fins, respectivamente, de oitiva e interrogatório. Despacho proferido em 10/07/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Mandados de intimação expedidos em 12/07/2013. Intimação positiva das testemunhas e negativa do réu (diligências efetuadas nos dias 21 e 22/08/2013).

3) 0002837-96.2013.4.02.5103: distribuída 05/09/2013 para intimação da testemunha de acusação, a fim de que compareça à audiência designada para o dia 13/11/2013 para fins de sua oitiva. Despacho proferido em 18/09/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Mandado de intimação expedido em 19/09/2013 e diligenciado positivamente em 27/09/2013.

4) 0002840-51.2013.4.02.5103: distribuída 09/09/2013 para intimação das testemunhas de acusação, a fim de que compareçam à audiência designada para o dia 05/11/2013 para oitiva. Despacho proferido em 18/09/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Mandado de intimação expedido em 19/09/2013 e diligenciado positivamente em 27/09/2013. Mandados ainda sem cumprimento.

5) 0002849-13.2013.4.02.5103: distribuída 13/09/2013 para intimação da ré, a fim de que compareça à audiência designada para o dia 13/11/2013 para interrogatório. Despacho proferido em 26/09/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Nomeação de advogado para fins de AJG (assistência judiciária gratuita) em 04/10/13 (ainda não intimado). Em 07/10/13, houve a comunicação (via email) ao juízo deprecante acerca da data audiência. Ofícios e mandados de intimação expedidos em 07/10/2013.

6) 0002850-95.2013.4.02.5103: distribuída 13/09/2013 para intimação da testemunha de acusação, a fim de que compareça à audiência designada para o dia 05/11/2013 para fins de sua oitiva. Despacho proferido em 26/09/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Nomeação de advogado para fins de AJG (assistência judiciária gratuita) em

04/10/13 (ainda não intimado). Em 07/10/13, houve a comunicação (via email) ao juízo deprecante acerca da data audiência. Ofícios e mandados de intimação expedidos em 07/10/2013.

7) 0002851-80.2013.4.02.5103: distribuída 16/09/2013 para intimação da testemunha de defesa, a fim de que compareça à audiência designada para o dia 13/11/2013 para fins de sua oitiva. Despacho proferido em 26/09/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Nomeação de advogados para fins de AJG (assistência judiciária gratuita) em 04/10/13 (ainda não intimados). Ofícios e mandados de intimação expedidos em 07/10/2013.

8) 0002853-50.2013.4.02.5103: distribuída 19/09/2013 para intimação das três testemunhas de defesa, a fim de que compareçam à audiência designada para o dia 30/10/2013 para fins de sua oitiva. Despacho proferido em 04/10/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Processo sem movimentação desde então.

9) 0000704-18.2012.4.02.5103: a precatória em análise foi **erradamente classificada como classe 28001 – precatória (matéria penal), pois se trata, na verdade, de precatória fiscalizatória (classe 28006).**

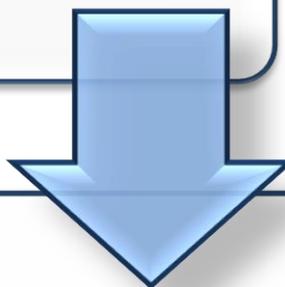
10) 0002620-53.2013.4.02.5103: distribuída 25/03/2013 para intimação da ré e fiscalização do cumprimento das condições aceitas pela demandada na suspensão condicional do processo. Despacho proferido em 08/04/2013 pelo juízo deprecado para cumprimento da deliberação do juízo deprecante. Despacho prolatado no dia 07/08/2013 determinando a comunicação ao juízo deprecado acerca do cumprimento das condições pela acusada e a suspensão do feito pelo período de prova. Classificação errada como classe 28001 (e não como classe 28006).

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Guilherme de Queiroz Vieira

## AUDIÊNCIAS

(De 01/04 a 30/09/2013)

- **TOTAL - 95 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 02/04/2013 e a última de 25/09/2013



### **NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE**

- **ABRIL - 13**
- **MAIO - 18**
- **JUNHO - 25**
- **JULHO - 13**
- **AGOSTO - 09**
- **SETEMBRO - 17**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

## PROCESAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

### INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



- Foi informado no item 3.9 do questionário de auto inspeção que “nos processos criminais o despacho inicial é imediato, nos processos cíveis o tempo médio para o despacho inicial é de um a dois dias. Nas Execuções Fiscais temos 176 processos aguardando o despacho inicial e o tempo médio para tal despacho é de mais ou menos três meses.”
- Por amostragem, realizada em feitos diversos, foi calculada uma média de 13,85 dias entre a distribuição e o primeiro despacho.
- Em entrevista com a diretora da secretaria, a servidora Isabel, foi informado que o servidor Anderson é o responsável pela análise dos processos cíveis, retirando-os diretamente do balcão de entrada seja virtual seja físico, imediatamente. A servidora Francine é a responsável pela análise dos feitos executivos fiscais, os quais são retirados do balcão de entrada virtual e armazenados no escaninho virtual “EF-conclusão iniciais”. Note-se que foi informado que o prazo médio entre a distribuição e o primeiro despacho é de 120 dias.
- Com fulcro na informação prestada pela supervisora do setor criminal da vara, a única ação penal com denúncia não recebida é a de número 2010.51.03.002162-8, que foi distribuída em 24/11/10, como inquérito policial, e teve a denúncia oferecida em 03/10/2013.

## BALCÃO DE ENTRADA

22 documentos em  
15/10/2013, às 15:21 hs

Sendo o mais antigo de 14/10/2013,  
referente ao processo de nº 0000695-  
32.2007.4.02.5103.

## SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO

- De acordo com o questionário de autoinspeção, no item 3.9.1. “ Após juntada de cópias do possível processo preventivo, certificação acerca de eventual identidade de partes, pedido e causa de pedir. Em seguida o processo é concluso para análise da prevenção apontada”.
- Foi relatado, por ocasião da correição presencial, em entrevista com a diretora de secretaria, a servidora Isabel, que a análise da prevenção é realizada na área cível pelo servidor Anderson imediatamente após a chegada ao balcão de entrada física ou eletronicamente dos processos. Embora tenha afirmado inexistir análise de prevenção na área de execução fiscal, informou ser a servidora Francine a responsável pelo assunto.
- Com relação aos **processos criminais**, foi observado, com base no que foi informado pela supervisora do setor criminal, que **não há sistemática de verificação de prevenção** entre as varas federais da Seção Judiciária de Campos/RJ.

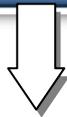
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen e Guilherme de Queiroz Vieira

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS  
COM PRAZO VENCIDO



P/DESPACHO: há mais de 30 dias	P/DECISÃO: há mais de 60 dias	P/SENTENÇA: há mais de 180 dias
<ul style="list-style-type: none"><li>• Matéria Cível - 163</li><li>• Matéria Penal - 00</li><li>• Execução Fiscal - 850</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Matéria Cível - 11</li><li>• Matéria Penal - 00</li><li>• Execução Fiscal - 74</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Matéria Cível - 110</li><li>• Matéria Penal - 32</li><li>• Execução Fiscal - 05</li></ul>

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180  
DIAS: 147



O mapa de conclusos extraído em 03/10/2013, apresenta 147 processos conclusos para sentença, dos quais os quatro, há mais tempo no gabinete, são criminais e foram consultados, apresentando a seguinte situação:

00019421420084025103. Concluso há 554 dias. Tipo: art. 289, p. 1º CP. Última movimentação: memoriais de 28/02/2012.

00042141520074025103. Concluso há 567 dias. Tipo: art. 299 c/c 69 ambos do CP. Última movimentação: memoriais de 13/03/2012.

00000921720114025103. Concluso há 538 dias. Tipo: art. 1º, II e II da Lei 8.137/90 (crime contra ordem tributária). Última movimentação: memoriais do MP de 19/03/2012 e do réu de 09/04/2012.

00017926720074025103. Concluso há 548 dias. Tipo: art. 171, p. 3º c/c 14, II ambos do CP. Última movimentação: alegações finais Ana Paula de 09/12/2011 e movimentação à SEDIS-Campos/RJ em 10/01/2012.

Em sequência, os processos há mais tempo conclusos no gabinete são eletrônicos e apresentam a seguinte situação:

00010925220114025103: com sentença em 05/09/2013 lançada no sistema, não publicada.

00021676320104025103: com sentença em 11/10/2013 lançada no sistema, não publicada.

00004793220114025103: concluso desde 15/05/2012.

00010630220114025103: concluso desde 01/06/2012.

00015991320114025103: concluso desde 29/06/2012.

00027470620114025153: concluso desde 04/06/2012.

Dos processos conclusos para decisão, há mais tempo, por amostragem, foram consultados os feitos abaixo relacionados, todos apresentando despacho do mês de outubro de 2013 ou movimentação tipo expedir mandado deste mesmo mês, esta última movimentação referente aos processos de nºs 00022699020074025103 e 00030850420094025103. Os demais obtiveram despacho proferido no mês de outubro, a saber: 00019571720074025103, 00022591720054025103, 00030470720004025103, 00023177820094025103, 00003495220054025103, 00005252120114025103 e 00006294720104025103.

Foi constatada a existência de vários escaninhos físicos na secretaria da vara destinados à alocação dos processos conclusos para despacho e decisão, relativamente aos feitos cíveis e de execução fiscal.

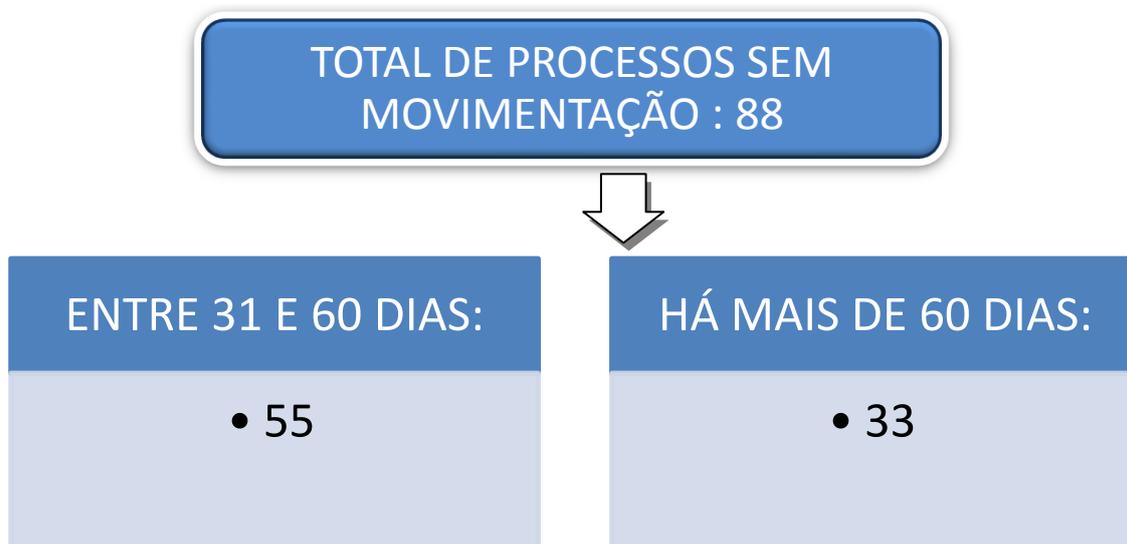
Na área cível, há nove escaninhos destinados aos processos conclusos para despacho, sendo seis ocupados por processos e três vazios. Inexistem escaninhos destinados aos feitos conclusos para decisão. Da mesma forma, não há balcão virtual para análise de conclusão dos feitos cíveis, uma vez que o servidor Anderson é o responsável pelo processamento e retira diretamente do

balcão de entrada os processos a serem submetidos à sua apreciação, para sua mesa virtual.

Na área de execução fiscal, o elevado quantitativo de feitos exige a existência de quarenta e quatro escaninhos físicos destinados à conclusão para despacho, sendo quatro vazios e os demais com processos. Há ainda, dois escaninhos físicos destinados à conclusão para decisão e dezesseis locais virtuais destinados à conclusão dos executivos fiscais.

Segundo relato da oficial de gabinete do órgão correicionado, houve, com base no mapa estatístico emitido no dia 03/10/2013, acúmulo de 32 ações penais conclusas para sentença com prazo vencido, ou seja, conclusos há mais de 180 dias, porque durante um período de mais de 1 ano, a vara ficou somente com um juiz, ainda em estágio probatório, no exercício da titularidade tendo a incumbência de acumular suas funções com o juizado especial. Com o inevitável acúmulo de trabalho a oficial de gabinete, que não fazia minutas de sentenças criminais, passou a ter essa incumbência. Ademais, constatou-se que além de ter somente uma servidora responsável na elaboração de minutas de sentenças criminais (embora também faça cíveis junto com outros 3 servidores), atualmente existe a dificuldade de ter que ouvir os DVDs com as gravações dos depoimentos de testemunhas, interrogatórios dos réus, etc., que demandam de um a dois dias por semana nessa atribuição. Além das dificuldades já constatadas e da carência de servidores, outra questão que prejudica o trabalho relevantemente, segundo depoimento da oficial de gabinete e dos demais servidores do órgão correicionado, é a lentidão demasiada do sistema Apolo e do sistema K. Vale aduzir, finalmente, que, conforme foi sublinhado pela oficial de gabinete, há um **controle rigoroso na ordem de preferência das ações penais conclusas para sentença, eis que são minutados como primeira prioridade os processos cujos prazos de prescrição penais pela pena mínima em abstrato estão mais próximos de vencer e, em segundo lugar, os processos de meta 18. Essa sistemática, inclusive, chamou a atenção pela organização e controle que evita a ocorrência da prescrição penal e, portanto, merece destaque como boa prática de trabalho.**

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen e Guilherme de Queiroz Vieira



O mapa de processos sem movimentação de todas as classes, exceto a de execução fiscal, extraído do Apolo em 03/10/2013, apresenta 88 processos sem movimentação há mais de 30 dias, dos quais 33 são há mais de sessenta dias. Do total, quarenta e nove são de final ímpar, ou seja, de responsabilidade do juiz substituto e trinta e nove são de final par, isto é, do juiz titular.

Analisando por tipo de ação os oitenta e oito processos parados há mais de 30 dias, se pode constatar:

Há dezoito processos da classe 4002 (execução por título extrajudicial), dos quais quatro encontram-se parados há mais de sessenta dias, sendo o mais antigo o de nº 00001476520114025103, o há mais tempo parado (há 121 dias), cuja última movimentação é expedir mandado (carta precatória) em 07/10/2013, para atender despacho preferido dia 19/02/2013. Aguardando juiz substituto assinar a precatória, conforme informado pela diretora de secretaria.

Há dezenove processos da classe 12001 (embargos à execução), dos quais treze estão parados há mais de sessenta dias, sendo o mais antigo o de nº 00637380219914025103, parado há 181 dias, cuja última movimentação é o despacho de 08/10/2013 determinando desapensamento dos autos e a suspensão por um ano.

Há quatro processos parados da classe 1002 (ordinária/previdenciária), sendo o mais antigo o de nº 00368250719964025103, parado há 113 dias, cuja última movimentação é o reencaminhamento de ofício à CEF em 07/10/2013 e o despacho proferido dia 11/10/2013.

Dos feitos criminais, há apenas dois processos parados há cinquenta e dois dias, os processos de nºs 00027166820134025103 e 00027175320134025103, os quais obtiveram movimentação recente, tendo o primeiro obtido despacho em 08/10/2013, considerando cumprido o ato deprecado e o segundo teve a realização de audiência no dia 09/10/2013 para o interrogatório das acusadas.

Além dos feitos acima relacionados, foi realizada amostragem dos feitos abaixo listados, parados há mais tempo, ocasião em que se verificou movimentação recente em todos os processos, a saber:

00021197520084025103 - 385 dias: despacho de 07/10/13;

03000894319984025103 - 146 dias: suspenso a partir de 04/10/13;

00004874820074025103 – 148 dias: certidão certificando a expedição de ofício de 01/10/13;

00013283820104025103 – 118 dias: mandado expedido em 07/10/13;

00031592920074025103 – 108 dias: certidão de 07/10/13 para penhora através de carta precatória;

00016514320104025103 – 119 dias: anotação de certidão de 07/10/13;

00005628220104025103 – 105 dias: despacho de 07/10/13;

00024130620034025103 - 107: despacho de 07/10/13;

00030318220024025103 - 112: certidão de 07/10/13 informando que a secretaria contactou a central de mandados;

01019721919924025103 -107: despacho de 07/10/13.

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E  
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -  
EXECUÇÃO FISCAL: 284 e 114



O mapa de processos sem movimentação dos executivos fiscais, extraído em 03/10/2013, apresenta 398 execuções fiscais paradas há mais de trinta dias, sendo 114 parados há mais de sessenta dias.

Por amostragem foram analisados os feitos abaixo listados, parados há bastante tempo, os quais todos obtiveram movimentação recente, a saber:

00019571720074025103, 00022591720054025103, 00022699020074025103,  
00030470720004025103, 00030850420094025103, 00003495220054025103,  
00003436920104025103, 00001558620044025103, 00003059620064025103,  
00004265120114025103, 00005220820074025103.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA  
(Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,  
EM 03/10/2013

• 31 petições

## VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Foram consultados os seguintes locais virtuais, em 10/10/2013, às 11:19 h:

- CV – Aguardando Cumprimento de Mandado/Ofício – 17 documentos, sendo o mais antigo de 13/08/2013, referente processo nº 0000351-41.2013.4.02.5103;
- CV – Aguardando Publicação – 08 documentos, sendo o mais antigo de 09/10/2013, referente processo nº 0134440-98.2013.4.02.5103;
- CV – Prazo – 99 documentos, sendo o mais antigo de 23/08/2013, referente processo nº 0000365-25.2013.4.02.5103.

Foram verificados, por amostragem, processos físicos que estavam aguardando cumprimento de mandado e as datas expedição dos mesmos:

- 2009.51.03.002973-0 – Expedido em 07/10/2013
- 2008.51.03.002134-8 – Expedido em 02/10/2013
- 2007.51.03.003775-3 – Expedido em 01/10/2013
- 2007.51.03.003786-8 – Expedido em 01/10/2013
- 2009.51.03.002324-6 – Expedido em 17/10/2013

## CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram consultados os seguintes locais virtuais, em 10/10/2013, às 11:37 h:

- EF – Expedir Mandados – 138 documentos, sendo o mais antigo de 08/08/2013, referente processo nº 0003205-47.2004.4.02.5103;
- EF – Expedir Ofício – 1 documento de 30/09/2013, referente processo nº 000026-37.2011.4.02.5103.

Foram verificados, por amostragem, processos físicos que estavam aguardando expedir intimação:

- 2005.51.03.001797-6 – Ordem de 04/10/2013
- 2007.51.03.002269-5 – Ordem de 03/10/2013
- 2008.51.03.002022-8 – Ordem de 25/09/2013
- 2004.51.03.000155-1 – Ordem de 07/10/2013

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Terezinha de J. P. de Faria

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 03/10/2013:

132

14 - segredo  
absoluto

10 - segredo do  
sistema

108 - segredo de  
peças

Cível: Os processos consultados, por amostragem, nºs 00015689520084025103, 00003991520044025103, 00007066620044025103, 00021344420084025103 e 00015050220104025103, encontravam-se de acordo com as normas vigentes.

Execução Fiscal: Foram vistos, por amostragem os seguintes processos: Procs. nºs. 2002.51.03.000759-3, 2001.51.03.001566-4, 2000.51.03.003075-2, 2000.51.03.002138-6, 99.0302658-7, 99.0302042-2, 99.0301602-6, 98.0303103-1, 97.0050339-9, 97.0048089-5, 96.0038898-9, 96.0038316-2, 94.0037105-5, 2002.51.03.000733-7, 94.0038709-1, 96.0038881-4, 96.0038883-0, 97.0047952-8, 99.0300392-7, 2000.51.03.003482-4 e 99.0300392-7, todos com a respectiva identificação por etiqueta na capa dos autos e com o despacho ordenando o segredo.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise, Terezinha de J. P. de Faria

## PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de  
01/04 a 30/09/2013)

- TOTAL de processos publicados: 1.815
- TOTAL de boletins: 362

MÉDIA  
PROCESSOS/BOLETINS:

- 5,01 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE  
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- 4,78 DIAS

BOLETINS PENDENTES DE  
ENVIO:

- Zero

PROCESSOS COM REMESSA  
INTERNA/PRAZO (em 3/10/13)

Contadoria  
00

Distribuição  
14

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

## SUSPENSÃO DE PROCESSOS

**NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS: 3.425**

**CIVEIS - 316**

**CRIMINAIS - 101**

**EXECUÇÃO FISCAL - 3.008**

### DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

### MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral- 15
- Aguardando decisão de instância superior - 58
- Art. 366, CPP - 05
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 70
- Cumprimento Precatório/RPV - 25
- Embargos à execução - 40
- Art. 40. §2º, LEF (arquivamento sem baixa)- 820
- Art. 40, caput, LEF - 242
- Parcelamento - 785

## **1)Processos Criminais:**

### **Suspensão condicional do processo, Lei nº 9.099/95:**

Os autos encontram-se localizados em 09 (nove) escaninhos, totalizando 82 processos, na data de 08/10/2013.

Foram examinados, por amostragem, 04 (quatro) escaninhos: 3 e 4; 5; 6; e 9, com um total de 34 processos vistos, encontrando-se, todos eles, em perfeita ordem. Importante ressaltar que, tanto na contracapa, quanto nos autos, constava a certidão de controle de prescrição. Em todos os feitos vistos, tendo em vista o acompanhamento das condições estabelecidas na suspensão, presentes: a) ficha de controle de comparecimento; b) ficha de acompanhamento da prestação de serviços comunitários, a ser preenchida pela instituição responsável; c) controle de prestação pecuniária.

Processos analisados: nº s. 53.2013.4.02.51.03 (carta precatória); 1180.90.2011.4.02.5103; 2009.51.03.000050-7; 1285.72.2008.4.02.5103; 2010.51.03.000130-7; 2010.51.03.000110-1; 2012.51.03.000501-2 (carta precatória); 2010.51.03.001411-9; 0000851.15.2010.4.02.5103; 0000792.90.2011.4.02.5103; 0000742.30.2012.4.02.5103; 00001292.25.2012.4.02.5103; 2009.51.03.00.1252-2; 2011.51.03.002052-5; 0000442.68.2012.4.02.5103 (carta precatória); 2007.51.03.000102.3; 0000462-59.2012.4.02.5103; 0001.052.70.2011.4.02.5103; 2009.5103.000062.3; 1902.90.2012.4.02.5103; 2012.51.03.000512.7; 2009.51.03.000036.2; 0000436.61.2012.4.02.5103; 2010.51.03.000116.2; 0000726.76.2012.4.02.5103; 2009.51.03.000056.8; 0000126.26.2010.4.02.5103; 2009.51.03.000049-0; 0003099.85.2009.4; 2011.51.03.000789.2; 0001679.45.2009.4.02.5103; 0000219.86.2010.4.02.5103.

**Com relação aos processos nº s. 1285.72.2008.4.02.5103; 1891.61.2012.4.02.5103 e 2008.61.03.001282.7, por tratar-se de cumprimento de suspensão em juízo deprecado, recomenda-se seja oficiado o referido juízo, para que sejam prestadas informações sobre o andamento do cumprimento das condições de suspensão.**

Destaque-se a certidão de controle de prescrição, assim como, a ficha de comparecimento ao juízo e a ficha de acompanhamento dos serviços comunitários, como excelentes instrumentos utilizados nos feitos criminais.

**A Vara não possuiu a pasta referente aos processos suspensos sob a égide da Lei nº 9.099/95. De imediato, a Diretora e a Supervisora dos processos criminais se comprometeram em organizá-la, eis que, trata-se de pasta obrigatória, nos termos dos artigos 147/151 da Consolidação das Normas da Corregedoria.**

### **Suspensão do artigo 366 do CPP.**

Nos termos do mapa estatístico extraído no dia 03/10/2013, constam 05 processos suspensos na forma do artigo 366 do CPP. Nesse diapasão, vejamos o detalhamento dos que merecem destaque:

- 1) 0000810-77.2012.4.02.5103: com processamento regular, **sem, contudo, controle da incidência da prescrição.**
- 2) 2005.51.03.001228-0: **estava no escaninho “art. 366”, embora não conste no mapa.** Com suspensão desde 01/08/07 (réu com 59 anos – fato ocorrido em 24/09/02 – recebimento denúncia em 27/7/05).
- 3) 2007.51.03.003254-8: **estava no escaninho “art. 366”, embora não conste no mapa.** Com suspensão desde 07/02/12 (réu com 45 anos – fato 14/11/00 – recebimento denúncia 28/6/11, pela prática do crime do art. 171, § 3º, CP).
- 4) 0000921-61.2012.4.02.5103: processamento regular, sem, entretanto, certidão para fins de controle de prescrição penal (somente etiqueta na capa e na contracapa. Suspenso desde 23/11/12. Crime lei 8137/90, 1º, I a IV, por 4 vezes, na forma art. 70 CP.
- 5) 0000544-27.2011.4.02.5103: processamento regular, com controle de prescrição penal (certidão e etiqueta na capa e na contracapa). Suspenso desde 23/03/11. Crime previsto no art. 342 do CP. Fato ocorrido em 15/3/06, recebimento da denúncia em 26/03/10.
- 6) 2010.51.03.001384-0: não foram identificadas irregularidades no processamento, havendo inclusive controle de prescrição penal nos autos. Sem etiqueta na capa dos autos acerca do início e do fim da suspensão. Crime lei 8137/90, art. 1º, I. Distribuição em 14/06/10 e recebimento denúncia em 15/07/10. Suspenso desde 14/03/12.

### **2) Processos Cíveis:**

De acordo com o portal de estatísticas, na data de 08/10/2013, havia 278 processos cíveis suspensos, sendo, em sua maioria, embargos à execução (82). Os feitos encontram-se distribuídos em escaninhos, identificados pelo tipo de suspensão: Várias Suspensões; Suspensão art. 475-J, § 5º do CPC; Suspensão art. 791, III do CPC; Aguardando Embargos à Execução; Outras Suspensões. Foram analisados, por amostragem, 35 processos, em diferentes situações de suspensão, constatando-se, estarem todos eles em perfeita ordem e com determinação judicial para a suspensão. Em alguns, constatou-se a data final do prazo de suspensão.

**Entre os processos examinados, importante observar o de nº 2004.51.53.004150-1, com informação de recurso baixado, do STJ, em 23/03/2012, ao TRF2, que, todavia, não encaminhou à Vara a referida decisão. Juntadas as peças, abriu-se conclusão em 08/10/2013.**

Foram vistos os seguintes feitos: 2007.51.03.003042-4; 2007.51.03.003243-3; 2004.51.03.000706-1; 2004.51.03.001251-2; 2008.51.03.002126-9; 2007.51.03.002172-1; 2007.51.03.002033-9; 2008.51.03.002778-8; 99.030.0022-7; 99.030.1879-7; 2008.51.03.0029359-9; 94.00.38385-1; 2002.51.03.000070-7; 2006.51.03.000023-3; 98.0303951-2; 99.001.5583-1; 2008.51.03.001722-9; 2004.51.03.001817-4; 2001.51.03.001878-1; 2008.51.03.001766-7; 2009.51.03.002318-3; 95.00.60554-6; 1995.51.03.060593-3; 2007.51.03.000413-9; 2008.51.03.000250-0; 2005.51.03.001731-9; 96.00.38693-5; 2005.51.03.000440-4; 2005.51.03.001586-4; 2004.51.53.004150-1; 1998.51.03.303978-2; 2008.51.03.000318-8; 2008.51.03.003118-4; 2006.51.03.001677-0; 2009.51.03.001957-7; 2006.51.03.000797-5.

### **3) Execuções Fiscais:**

**Os processos físicos suspensos das execuções fiscais** encontram-se localizados em uma única sala, distribuídos por escaninhos, de acordo com as razões da suspensão. São eles: parcelamento (35); artigo 40 (22); artigo 40-FGTS (09); Lei 10.522/2002 (15); artigo 40-INSS (01); artigo 791, III, do CPC (02); penhora no rosto dos autos (01); aguardando processo dependente (12); diversos (01); suspensão Novo Horizonte e Victor Sence (01).

Por amostragem, foram examinados processos, em 13 escaninhos, encontrando-se todos em perfeita ordem e com determinação judicial de suspensão, assim como certidão referente ao cumprimento do 1º despacho de

suspensão e a repetição do procedimento, sucessivamente, sempre que pedida nova suspensão pelo exequente. Importante destacar o controle de prazo da suspensão que é feito rigorosamente sempre, no início de cada mês.

Importante destacar, outrossim, o controle de prescrição. Há dois (02) escaninhos: artigo 40-FGTS, com feitos aguardando o cumprimento da prescrição trintenária, eis que, sem citação, desde 1983. Há um (01) escaninho: artigo 40-INSS, também aguardando a prescrição trintenária. Em vários escaninhos os processos estão localizados em razão do ano final da prescrição (de 2013 até 2016).

Oportuno assinalar que os processos, que aguardam o deslinde de feito dependente, esperam a iniciativa do exequente, para sua movimentação.

Foram analisados os seguintes processos: 2003.51.03.001218-0; 2009.51.01.015941-2; 2006.51.03.000291-6; 2003.51.03001854-6; 2007.51.03.001008-5; 2003.51.03.002714-6; 96.0038815-6; 98.0301696-2; 2002.51.03.002641-1; 2002.51.03.002225-9; 2002.51.03.002455-4; 99.0302483-5; 2009.51.03.000413-6; 2003.51.16000958-2; 2003.51.16.000859-0; 2009.51.03.000388-0; 2000.51.03.001379-1; 2003.51.16.005746-1; 91.0063240-6; 91.0062699-6; 2005.51.03.001822-1; 2002.51.03.002459-1; 2001.51.03.002025-8; 2007.51.03.003466-1; 98.0300619-3; 2009.51.03.000422-7; 2002.51.03.002785-3; 2007.51.03.000702-5; 98.03.03350-6; 2006.51.03.000871-2; 2002.51.03.000761-1; 2005.51.03.000325-4; 97.0050098-5; 94.0036564-0; 2000.51.03.003090-9; 2000.51.03.003148-3; 2006.51.03.000820-7; 99.0303198-0; 91.0063336-4; 91.0061761-0; 91.0062467-5; 2002.51.03.002238-7; 2002.51.03.002721-0; 91.0062684-8; 91.006269-5; 2007.51.03.001951-9; 2008.51.03.002904-9; 2003.51.03.001836-4; 95.0059465-0; 2006.51.03.000448-2; 2003.51.03.003144-7; 2002.51.03.000451-8; 2001.51.03.001766-1; 2003.51.03.001816-9; 2004.51.03.001946-5; 2004.51.03.000140-0; 91.0062008-4; 94.0036158-0; 93.0071402-3; 93.0071402-3; 93.0071402-3; 94.0036141-6; 91.0061833-0; 94.0036193-9; 97.0047003-2; 00.0519623-0; 2000.51.03.000184-3; 97.0050425-5; 97.004.7938-2; 2004.51.03.000264-6; 95.0060764-6; 2000.51.03.003855-6; 2002.51.03.002356-2; 2000.51.03.003480-0; 2005.51.03.000377-1; 2007.51.03.002241-5; 91.0061878-0; 2000.51.03.003102-1.

**As execuções fiscais virtuais** encontram-se em locais, com as mesmas denominações dos processos físicos, inexistindo a separação entre: artigo 40

INSS e FGTS. Em 10/10/2013, constavam: a) 85 processos arquivados, em razão do artigo 40 (05 anos), com as datas do arquivamento ou data final do prazo de arquivamento; b) 09 processos aguardando suspensão de processos dependentes; c) 67 processos suspensos, em razão do artigo 40 (1 ano), com a data final do prazo de suspensão; d) 163 processos com suspensões diversas (portaria 75 da FN, valores até R\$ 20.000,00); e) 244 processos suspensos, em razão do parcelamento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas e Guilherme de Queiroz Vieira

## SENTENÇAS

No período de 01/04 a 30/09/2013 foram proferidas 508 sentenças, assim distribuídas:

- 230 em processos de final, 110 físicos e 120 eletrônicos;
- 278 em processos de final ímpar, 136 físicos e 142 eletrônicos.

## REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Quanto ao registro e classificação das sentenças, foram vistos por amostragem, os seguintes processos: 0490115-47.2011.4.02.5101 - sentença Tipo D1 (criminal), 0002484-95.2009.4.02.5103 - sentença Tipo B2 (embargos à execução), 2010.51.03.001102-7 - sentença Tipo C (embargos à execução), 2010.51.03.001875-7 - sentença Tipo A (embargos à execução), 2010.51.03.002089-7 - sentença Tipo A (embargos à execução), todas corretamente classificadas.

Foram vistos, por amostragem, os **processos criminais** de número 0490115-47.2011.4.02.5101 e 0490203-85.2011.4.02.5101 e ambas foram corretamente classificadas.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise e Guilherme de Queiroz Vieira

## CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Preferências legais)

Conforme informado no questionário de autoinspeção, item 3.14., e ratificado pela oficial de gabinete Gisele, o critério é adotado pelo Juiz que atua na vara e: *"Atualmente, o critério adotado é o de julgamento dos processos com conclusão mais antiga, por ordem de conclusão, ressalvadas as prioridades legais e os feitos criminais, que tenham réu preso ou data de prescrição próxima."*

## LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Existem diversos escaninhos no gabinete, divididos em escaninhos superiores, destinados aos processos a serem analisados pelo juiz titular, organizados por temas, separados os cíveis dos penais, assim como os de meta 2.

Da mesma forma, os mesmos escaninhos com suas respectivas divisões por temas e matérias são reproduzidos em prateleira inferior, destinados ao juiz substituto.

Ressalte-se que os processos executivos fiscais não ficam armazenados no gabinete, pois vão diretamente para mesa do servidor responsável para serem analisados com urgência.

Há, ainda, um balcão de entrada localizado em uma mesa, destinado à localização dos feitos que chegam no gabinete.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Viviane Mattos Nielsen

EXECUÇÃO (01/04 a 30/09/2013)

FASE 18

214 PROCESSOS  
EM 03/10/2013

RPV e PRECATÓRIO  
FÍSICOS

RPV e PRECATÓRIO  
VIRTUAIS

Quanto aos RPs e  
Precatórios, não há  
processos para  
cadastramento e envio.

Em consulta ao sistema  
APOLO, datada de  
15/10/2013, às 15:21h,  
constatei a inexistência de  
local virtual para este fim.

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 81 cadastrados</li> <li>• 49 enviados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13 cadastrados</li> <li>• 06 enviados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ZERO</li> </ul>

TOTAL DE REQUISIÇÕES: 94  
TOTAL ENVIADAS: 55

Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: **1.063 dias**

## GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

Os processos assim classificados tem escaninho próprio, com identificação por fita adesiva vermelha e andamento priorizado.

## **PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)**

As informações constantes do questionário de autoinspeção foram ratificadas pela Sra. Diretora de Secretaria quando da correição presencial, a saber:

“Nas Execuções Fiscais a penhora on line é determinada de ofício pelo Juiz, na forma do art. 185-A do CTN.

Nas demais execuções, a penhora on line é feita a pedido do exequente. Verificada a regular citação do executado, é deferida a penhora *on-line*. Proferido o despacho, realiza-se no sistema APOLO o movimento 12-6 (intimação). Após, procede-se à inclusão da minuta no sistema *Bacen-Jud* que é enviada pelo juiz. Com a resposta, os executados que têm valores penhorados são intimados para ciência da penhora e oposição de embargos, se for o caso.

Não sendo alegada nenhuma causa de impenhorabilidade, o valor é convertido em depósito judicial, abrindo-se vista ao exequente em seguida.

São realizados em aproximadamente 90% dos processos de Execução Fiscal por não serem encontrados bens penhoráveis.”

## **LEILÕES (Artigos 270 a 290 da CNCR)**

As informações constantes do questionário de autoinspeção foram ratificadas pela Sra. Diretora de Secretaria quando da correição presencial, a saber:

“A pedido do exequente, verificada a regularidade da penhora e a ausência de embargos recebidos com efeito suspensivo ainda não julgados, defere-se a inclusão do processo em leilão, intimando-se os executados e os eventuais credores da decisão. O edital é publicado com, no mínimo, 10 dias de antecedência. As avaliações dos bens têm validade de um ano.

Assim, caso a última avaliação tenha data anterior a 1 ano, é expedido novo mandado de constatação e reavaliação. Os bens penhorados nos diversos

processos são leiloados na mesma data e, sempre que possível, em conjunto com a 1ª Vara Federal.

A 2.ª Vara Federal de Campos realizou em maio de 2013 um leilão de bens penhorados em 37 processos e em novembro será realizado novo leilão de bens penhorados em 67 processos.”

## **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Foram vistos por amostragem, os seguintes processos: Procs. nºs  
2004.51.03.000486-2, 2001.51.03.000370-4, 2005.51.03.001513-0,  
2005.51.03.000314-0, 2002.51.03.000106-2, 2003.51.03.000024-4,  
2005.51.03.000749-1, 2007.51.03.000835-2, 2006.51.03.000896-7,  
2003.51.03.000710-0, 2005.51.03.000588-3, 2005.51.03.000586-0,  
2002.51.03.000555-9, 2004.51.03.000016-9, 2006.51.03.000002-6,  
2006.51.03.000011-7, 2003.51.03.000371-3, 2003.51.03.000914-4,  
2009.51.03.000921-3 e 2002.51.03.001365-9, todos com identificação na capa e  
escaninho próprio.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

## LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Todas as pastas e livros estão identificadas, com os termos de abertura e encerramento devidamente preenchidos, todas numeradas e rubricadas e com o preenchimento adequado.

Conforme relatado no item suspensão de processos cíveis e criminais “a vara não possui a pasta referente aos processos suspensos sob a égide da Lei nº 9.099/95. De imediato, a Diretora e a Supervisora dos processos criminais se comprometeram em organizá-la, eis que, trata-se de pasta obrigatória, nos termos dos artigos 147/151 da Consolidação das Normas da Corregedoria”,

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

## ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico é relativamente pequeno para o número, ainda grande, de processos físicos. Quanto ao mobiliário, as mesas estão bem posicionadas, permitindo boa mobilidade e comunicação entre os servidores, e as estantes, em grande número e mal posicionadas, dificultam uma melhor circulação na Secretaria.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -  
Fabio Umberto Bloise

## METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

De acordo com o informado pelo juízo no questionário de autoinspeção, à fl. 76:

### **3 meses:**

- manter atualizada a juntada de petições e expedientes
- redução de 80% do acervo de processos previstos na Meta 2 do CNJ relativos aos anos de 2009 e 2010

### **6 meses:**

- atualizar as consultas aos sistemas BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD
- redução de 70% do acervo de processos previstos em Meta 2 do CNJ relativos ao ano de 2012 e 100% dos processos relativos a 2009 e 2010.

### **1 ano:**

- nos processos de Execução Fiscal: atualizar as conclusões para despachos em até 120 dias e prolação de todas as sentenças dentro do mesmo mês de conclusão.
- redução de 100% do acervo de processos previstos em Meta 2 do CNJ relativa ao ano de 2012 e de 80% dos processos relativos ao ano de 2013.

Destaque-se a boa acolhida por parte dos Exmos. Juízes, da Diretora de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

LEVANTAMENTO DE  
DADOS E RELATÓRIO  
ELABORADO POR

Astrid Person de Mattos  
Villas- Bôas  
Mat. 11820

Fabio Umberto Bloise  
Mat. 10518

Guilherme de Queiroz Vieira  
Mat. 15447

Terezinha de J. P. de Faria  
Mat. 11532

Viviane Mattos Nielsen  
Mat. 15773